

EDITAL Nº 14, DE 12 DE MAIO DE 2014
CHAMADA PÚBLICA PARA A INCLUSÃO DE NOVAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR - IPFES- NA REDE NACIONAL DE IPFES

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no exercício de suas atribuições, conforme estabelece os incisos II e VI, do art. 16, do anexo I, do decreto nº 6317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 8º do decreto nº 2829, de 29 de outubro de 1998, torna público o presente Edital de Chamada Pública e convida as Instituições Públicas Federais de Educação Superior (IPFES), que não pertencem à REDE NACIONAL DE IPFES e que tenham interesse em participar da composição dessa REDE, para atuar no acompanhamento das aplicações dos Exames e Avaliações da Educação Básica.

1 - DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto convidar novas Instituições Públicas Federais de Educação Superior, que não estejam relacionadas no Anexo II dessa chamada pública, incluindo as participantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica interessadas em compor, por intermédio de seu corpo docente e técnico, a Rede Nacional de IPFES, criada em 2011, para atuar no acompanhamento das aplicações dos Exames e das Avaliações da Educação Básica.

2 - DOS OBJETIVOS

2.1 - Ampliar a base de colaboradores que compõe a Rede Nacional de IPFES que apoia o INEP nas atividades de monitoramento e acompanhamento, em caráter eventual, das avaliações, exames e pesquisas de desempenho de estudantes, voltadas à formulação de políticas e planos de ações de desenvolvimento da educação básica.

3 - DO CRONOGRAMA

| EVENTOS | DATAS |
|--|--------------------|
| Envio da Resposta à Chamada Pública | 14/05 a 28/05/2014 |
| Divulgação do Resultado da Chamada Pública | 03/06/2014 |

4 - DA ADESAO

A adesão da Instituição à REDE ocorrerá por meio de ofício assinado pela autoridade máxima da Instituição e enviada ao INEP pelo e-mail: aplicacao.uol@inep.gov.br. Nesse documento, obrigatoriamente, devem ser informados os dados presentes no Anexo I deste Edital referentes ao Coordenador Geral da Rede que será o interlocutor junto ao INEP.

Esta chamada pública é direcionada apenas para as Instituições que ainda não pertencem à REDE NACIONAL DE IPFES, portanto as instituições que constam no Anexo II não necessitam de participar desta convocação, pois permanecem cadastradas.

5 - DA REVOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada, no todo ou em parte, a critério do INEP, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

6 - DA COMPOSIÇÃO DA REDE

6.1 - O dimensionamento e a estruturação da Rede Nacional de IPFES serão concebidos com os interlocutores das Instituições participantes da presente Chamada Pública.

6.2 - Para a implementação das ações preliminares com vistas à sua estruturação final, a Rede Nacional de IPFES será composta por Coordenadores Gerais, Supervisores de Unidade/Campus e Agentes da REDE.

6.2.1 - Os Coordenadores Gerais serão os representantes/interlocutores da Instituição na REDE e deverão ser indicados pela autoridade máxima da Instituição a qual têm vínculo;

6.2.2 - Os Supervisores de Unidade/Campus serão os representantes da REDE em cada campus cadastrado e deverão ser indicados pelo Coordenador Geral em número correspondente aos campus da Instituição;

6.2.3 - Os Agentes de REDE serão indicados pelos Coordenadores Gerais e/ou Supervisores de Unidade/Campus, em número correspondente aos municípios de atuação da Instituição.

6.2.3.1 - Os municípios de atuação das Instituições serão indicados em sistema próprio.

7 - DO PERFIL DOS INTEGRANTES DA REDE

7.1 - Coordenador Geral

São requisitos para essa função:

a) ser servidor público efetivo vinculado à Instituição e que desenvolva atividades de docência e/ou pesquisa;

b) possuir formação mínima em curso de nível superior;

c) possuir experiência em aplicação de avaliações, exames ou seleções de porte no mínimo institucional.

7.2 - Supervisor de Unidade/Campus

São requisitos para essa função:

a) ser servidor público efetivo vinculado à Instituição e que desenvolva atividades de docência e/ou pesquisa;

b) possuir formação em curso de nível superior;

c) possuir experiência em aplicação de avaliações, exames ou seleções de porte no mínimo institucional.

7.3 - Agente de REDE

São requisitos para essa função:

a) ser servidor público efetivo vinculado à Instituição e que desenvolva atividades de docência e/ou pesquisa;

b) possuir formação mínima em nível médio.

c) possuir experiência em aplicação de avaliações, exames ou seleções de porte no mínimo institucional.

8 - DAS RESPONSABILIDADES DOS INTEGRANTES DA REDE

8.1 - Ao Coordenador Geral compete:

8.1.1- coordenar os trabalhos realizados em sua Instituição no que tange à operacionalização dos planos de ação para o acompanhamento e supervisão da aplicação dos Exames e Avaliações da Educação Básica;

8.1.2- representar a Instituição junto ao INEP;

8.1.3- promover a divulgação dos instrumentos convocatórios;

8.1.4- selecionar, cadastrar e capacitar os Supervisores de Unidade/Campus e Agentes de sua Instituição;

8.1.5- indicar os municípios de atuação de sua Unidade/Campus na REDE;

8.1.6- participar das reuniões técnicas promovidas pelo INEP;

8.1.7- promover e acompanhar a atuação dos Supervisores de Unidade/Campus e Agentes de sua Instituição;

8.1.8- promover a interface dos demais integrantes da REDE com o INEP;

8.1.9- consolidar os documentos apresentados pelos Supervisores de Unidade/Campus Agentes de REDE;

8.1.10- disseminar as informações recebidas do INEP aos demais integrantes da REDE;

8.1.11- atuar tecnicamente in loco nas aplicações de cada Exame e/ou Avaliações da Educação Básica;

8.1.12- acompanhar a atuação dos Supervisores de Unidade/Campus e Agentes de REDE nas avaliações e exames do INEP;

8.1.13- apresentar ao INEP os documentos relativos à atuação de sua Instituição na REDE;

8.1.14- participar das capacitações promovidas pelo INEP;

8.1.15- distribuir, avaliar e acompanhar as demandas pelo Sistema da REDE (on line).

8.2 - Aos Supervisores de Unidade/Campus compete:

8.2.1- supervisionar o processo de estruturação da REDE no âmbito de aplicação dos Exame da Educação Básica;

8.2.2- selecionar e cadastrar os Agentes de REDE conforme critérios definidos em instrumento convocatório interno;

8.2.3- promover a interface dos Agentes de REDE com o Coordenador Geral e com o INEP;

8.2.4- promover encontros técnicos com os Agentes de REDE;

8.2.5- indicar os municípios de atuação de sua Unidade/Campus na REDE;

8.2.6- consolidar os documentos apresentados pelos Agentes de REDE;

8.2.7- acompanhar a atuação dos Agentes de REDE nas avaliações e exames do INEP;

8.2.8- apresentar relatório de suas ações e atuação ao Coordenador Geral;

8.2.9- apresentar ao Coordenador Geral consolidação dos relatórios dos Agentes de REDE;

8.2.10- participar das capacitações.

8.3 - Aos Agentes de REDE compete:

8.3.1- atuar tecnicamente in loco nas aplicações dos Exame e/ou Avaliações da Educação Básica indicadas pelos Coordenadores da REDE ou Supervisores de Unidade/Campus;

8.3.2- indicar os municípios de sua atuação na REDE ao Coordenador da REDE ou Supervisor de Unidade/Campus;

8.3.3- articular-se com o Coordenador da REDE ou Supervisor de Unidade/Campus;

8.3.4- participar dos encontros técnicos e das reuniões;

8.3.7- apresentar relatórios de suas ações e atuação ao Coordenador da REDE ou Supervisor de Unidade/Campus.

9 - DA ELEGIBILIDADE

9.1 - Dos Proponentes

São requisitos básicos para o cadastramento das Instituições na REDE:

a) Ser uma Instituição Pública Federal de Educação Superior ou órgão específico, singular e de referência nacional na área da surdez ou da deficiência visual, dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministério da Educação;

b) Possuir disponibilidade para atuar na REDE.

9.2 - Dos Integrantes da REDE

São requisitos básicos para indicação e cadastramento dos integrantes na REDE:

a) Coordenador Geral selecionado e indicado ao INEP pelo dirigente máximo da Instituição proponente;

b) Supervisor de Unidade/Campus selecionado e indicado ao INEP pelo Coordenador Geral, homologada pelo dirigente máximo da Instituição;

c) Agente de REDE selecionado e indicado ao INEP pelo Coordenador da REDE ou Supervisor de Unidade/Campus, homologado pelo dirigente máximo da Instituição.

10 - DO CADASTRAMENTO

O envio da resposta à Chamada Pública para cadastramento da Instituição deve ser realizado no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação deste Edital, no site do INEP (www.inep.gov.br), mediante o envio de comunicação oficial conforme o item 4 deste Edital.

11 - DAS PARTICIPAÇÕES NAS REUNIÕES TÉCNICAS

11.1. Objetivos das reuniões técnicas

As reuniões técnicas visam apresentar, aos integrantes da REDE, os pressupostos legais, teóricos e metodológicos das avaliações e exames da Educação Básica, em especial:

a) escopo do exame ou da avaliação;

b) metodologia de aplicação;

c) controles necessários;

d) conceitos de sigilo e segurança;

e) conceito e percepção de ambiente seguro; metodologia de acompanhamento das aplicações;

f) resultados esperados.

11.2 - Realização das reuniões técnicas

As reuniões técnicas antecederão as aplicações das avaliações e exames e quando convocadas terão suas datas previamente divulgadas pelo INEP.

11.3 - Apoio de Deslocamento e Infraestrutura

Para participar das reuniões, os integrantes, convidados, das Instituições farão jus a:

a) passagens aéreas e terrestres, quando for o caso, da localidade de domicílio do profissional até a localidade do treinamento, ida e volta;

b) diárias nos termos do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, quando couber;

c) infraestrutura local para participantes no evento de capacitação, quando couber.

12 - DAS PARTICIPAÇÕES NAS ATIVIDADES IN LOCO

12.1 - Objetivos das Atividades

As atividades in loco visam a observação e o acompanhamento das avaliações e exames do INEP nas etapas fundamentais, com a finalidade de produção de relatórios técnicos, sobre:

- Seleção e capacitação dos colaboradores envolvidos na aplicação (coordenadores estaduais, coordenadores municipais, coordenadores de locais de aplicação, chefes de sala, fiscais, etc.);

- Verificação de qualidade do processo de aplicação nos dias de realização dos exames e avaliações, desde o início das atividades até o seu encerramento.

- Verificação de infraestrutura dos locais de realização dos exames e avaliações.

12.2 - Local de realização das atividades

As atividades serão realizadas nos locais de realização das avaliações e exames do INEP, bem como nas demais unidades onde serão realizadas as atividades de capacitação e preparação da aplicação.

12.3 - Apoio de deslocamento

Para participar das atividades in loco, os membros da REDE farão jus a:

a) passagens aéreas e terrestres, quando for o caso, da localidade de domicílio do profissional até a localidade do treinamento, ida e volta;

b) diárias nos termos do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, quando couber.

12.4 - Da retribuição pecuniária

a) os integrantes da Rede farão jus ao auxílio avaliação educacional (AAE) de acordo com a Lei 11.507 de 20/07/2007 e Portaria do Mec 949 de 24/09/2013 e Portaria do Inep 256 de 14/05/2013.

13 - DA MULTIPLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Todos os integrantes da REDE deverão respeitar as recomendações de confidencialidade e sigilo das informações.

Os Coordenadores Gerais terão a responsabilidade de capacitar os demais integrantes da REDE e disseminar informações recebidas nas reuniões técnicas e durante o processo.

14 - DO SIGILO

Todos os envolvidos nas atividades deverão:

a) assinar termo de compromisso e sigilo;

b) assinar declaração de que não possui cônjuge, companheiro, parentes ou afins até segundo grau, inclusive, participando da avaliação ou do exame a ser realizado;

c) reconhecer a propriedade do INEP em todo material que vier a ser produzido na execução do objeto.

15 - DEMANDA DE ACOMPANHAMENTO

15.1 As atividades da REDE serão realizadas sob demanda e informadas diretamente às Instituições selecionadas para cada aplicação em sistema próprio.

15.2 A demanda de atuação dos integrantes da REDE no acompanhamento da aplicação de Avaliações e Exames da Educação Básica será gerada a partir da definição da data de realização, da abrangência e da capilaridade das aplicações.

15.3 Caberá às Instituições demandadas identificar e capacitar os membros de seu quadro permanente que atuarão em cada atividade da REDE.

16 - DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

16.1 O presente Edital prevê a aplicação de recursos do orçamento do INEP consignados na Ação 20RM - Exames e Avaliações da Educação Básica.

17 - DO PRAZO DE RECURSO

A Instituição que desejar apresentar recurso administrativo contra a divulgação do resultado da Chamada Pública poderá fazê-lo em até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desse resultado no site do INEP (www.inep.gov.br).

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada Pública poderão ser obtidos por intermédio do telefone (61) 2022-3834/3866

O INEP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

19 - DAS DEFINIÇÕES

Para fins desta Chamada Pública, considera-se:

IPFES - Instituições Públicas Federais de Ensino Superior, incluindo as participantes da REDE Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criadas pela Lei nº 11.892 de dezembro de 2008;

Unidade - Refere-se a campus e municípios abrangidos por eles.

Demanda - Solicitação de execução de atividades específicas.

JOSÉ FRANCISCO SOARES



ANEXO I

Dados Necessários para a Adesão da Instituição
1- Nome da Instituição;
2- Código "EMEC";
3- Nome Completo do Coordenador Geral da REDE a ser indicado pela Instituição;
3.1 CPF;
3.2 DDD e Telefone fixo/Celular
3.3 Matrícula SIAPE;
3.4 E-mail Institucional;
3.5 Número de Identidade;
3.6 Nome do Curso Superior Completo;
3.7 Tempo de Experiência em Aplicação de Exames, Avaliações ou Seleções de porte Institucional.

ANEXO II

Cadastro de Instituições Participantes da REDE NACIONAL DE IPFES

| |
|--|
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais |
| Fundação Universidade Federal de Rondônia |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão |
| Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Pará |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina |
| Instituto Federal Goiano |
| Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira |
| Universidade de Brasília |
| Universidade Federal da Grande Dourados |
| Universidade Federal da Paraíba |
| Universidade Federal de Alagoas |
| Universidade Federal de Alfenas |
| Universidade Federal de Campina Grande |
| Universidade Federal de Fronteira Sul |
| Universidade Federal de Goiás |
| Universidade Federal de Juiz de Fora |
| Universidade Federal De Mato Grosso |
| Universidade Federal de Mato Grosso do Sul |
| Universidade Federal de Ouro Preto |
| Universidade Federal de Pernambuco |
| Universidade Federal de Roraima |
| Universidade Federal de Santa Catarina |
| Universidade Federal de Santa Maria |
| Universidade Federal de São João Del Rei |
| Universidade Federal de São Paulo |
| Universidade Federal de Sergipe |
| Universidade Federal de Uberlândia |
| Universidade Federal de Viçosa |
| Instituto Militar de Engenharia |
| Universidade Federal do Abc |
| Universidade Federal do Acre |
| Universidade Federal do Amapá |
| Universidade Federal do Amazonas |
| Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |
| Universidade Federal do Maranhão |
| Universidade Federal Do Pampa |
| Universidade Federal do Pará |
| Universidade Federal do Paraná |
| Universidade Federal do Piauí |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| Universidade Federal do Rio Grande |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| Universidade Federal do Tocantins |
| Universidade Federal do Triângulo Mineiro |
| Universidade Federal do Vale do São Francisco |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Universidade Federal de Rondonia |
| Universidade Federal Rural do Semi-Árido |

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17
DE 9 DE MAIO DE 2014

PROCESSO SELETIVO 2015 PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO - PEC-G

O Ministério da Educação - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESu, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o previsto no Decreto nº 7.948 de 12 de março de 2013, torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G para o ano letivo de 2015.

1 - CONCEITUAÇÃO
O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, administrado conjuntamente pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu/MEC e pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores - DC/MRE, destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior -IES brasileiras.

O PEC-G constitui-se num conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes, e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e em seu retorno ao país de origem, ao final do curso.

2 - DAS VAGAS

2.1. O total de vagas ofertadas por curso será estabelecido pelo MEC, após a indicação da disponibilidade das IES participantes.

2.2. A lista de cursos oferecidos poderá ser consultada nas seguintes páginas eletrônicas:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12276&Itemid=530

<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>

2.3. Somente serão ofertadas vagas para cursos de graduação em período diurno ou integral.

3 - DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA

3.1. Poderá concorrer a uma vaga no PEC-G o estudante estrangeiro:

3.1.1. residente no exterior e cidadão dos países indicados no item 8 deste Edital, que não seja portador de visto permanente ou de qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil;

3.1.1.1 é vedada a participação de cidadãos brasileiros, ainda que binacionais, assim como de candidatos cujo genitor ou genitora seja brasileiro;

3.1.2. que possua 18 anos completos até 31 de dezembro de 2014 e, preferencialmente, até 23 anos;

3.1.3. que apresente Termo de Responsabilidade Financeira, por meio do qual afirme dispor de um mínimo equivalente a US\$400,00 (quatrocentos dólares norte-americanos) mensais para custear as despesas com subsistência no Brasil durante o curso de graduação;

3.1.4. que firme Termo de Compromisso em que se comprometa a cumprir as regras do PEC-G;

3.1.5. que apresente Certificado de Conclusão do ensino médio (secundário ou equivalente) cursado fora do Brasil;

3.1.5.1. excepcionalmente, o candidato que não tenha concluído o ensino médio até a data da inscrição poderá apresentar o Certificado de Conclusão do ensino médio no ato da matrícula na IES brasileira, caso selecionado;

3.1.6. que apresente o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras, se oriundo de país não lusófono.

3.1.6.1. O candidato oriundo de país não lusófono em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá prestar o referido exame no Brasil, uma única vez, no segundo semestre de 2015, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas.

3.1.6.2. O candidato não certificado no Celpe-Bras aplicado no Brasil não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estado no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981.

3.2. É vedada nova inscrição no PEC-G ao candidato selecionado que deixar de efetuar sua matrícula inicial na IES sem justificativa.

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição para o Processo Seletivo do PEC-G 2015 é gratuita e deverá ser realizada junto à Missão Diplomática brasileira de país participante do Programa, conforme o item 8 deste Edital.

4.2. Serão aceitas inscrições realizadas no período de 12 de maio a 07 de julho de 2014.

4.3. O candidato deverá comparecer à Missão Diplomática brasileira para preenchimento do Formulário de Inscrição ao Processo Seletivo, portando os seguintes documentos:

4.3.1. original e cópia do Certificado de Conclusão do ensino médio cursado fora do Brasil;

4.3.1.1. Nos países onde não houver emissão de Certificado de Conclusão do ensino médio, este poderá ser substituído por uma Declaração de Conclusão emitida pelo educandário onde o candidato estudou;

4.3.1.2. Nos países em que a emissão do referido Certificado se der após o prazo de inscrição no Processo Seletivo, aceitar-se-á, em caráter provisório, Declaração de Conclusão de ensino médio emitida pelo educandário onde o candidato estudou.

4.3.2. original e cópia do histórico escolar com a relação de disciplinas cursadas e notas obtidas durante todas as séries do ensino médio;

4.3.3. original e cópia de certidão de nascimento do candidato e de seus genitores;

4.3.3.1. Nos países onde não existir o documento, a referida certidão poderá ser substituída por original e cópia da carteira de identidade ou do passaporte do candidato, desde que estejam mencionados filiação, local e data de nascimento de seu portador.

4.3.4. original e cópia do certificado de aprovação no Celpe-Bras, ou original e cópia do comprovante de inscrição na edição de abril de 2014 do referido exame, para candidato oriundo de país não lusófono;

4.3.5. original de certificado médico de saúde física e mental expedido com, no máximo, 90 dias de antecedência à apresentação da candidatura. O certificado deverá informar se o candidato sofre de doença crônica, ou se está recebendo algum tipo de tratamento;

4.3.6. original do Termo de Compromisso devidamente preenchido, assinado e datado; e

4.3.7. original do Termo de Responsabilidade Financeira devidamente preenchido, assinado e datado, acompanhado de comprovante(s) de renda do signatário que ateste sua capacidade de cumprir com o compromisso assumido.

4.3.7.1. O Termo de Responsabilidade Financeira poderá ser firmado por pessoa física e/ou jurídica, desde que esta se responsabilize pela subsistência integral do candidato no Brasil.

4.3.7.2. O candidato que, caso selecionado para o PEC-G, seja beneficiado por bolsa ou crédito escolar do Governo de seu país deverá apresentar, no momento da inscrição, original e cópia de declaração da fonte pagadora do benefício, com indicação de valores.

4.4. O Termo de Compromisso e o Termo de Responsabilidade Financeira estão disponíveis na página eletrônica da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores - DCE/MRE (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>).

4.5. O candidato que tenha iniciado curso de graduação em outro país que não o Brasil deverá, igualmente, apresentar os documentos mencionados nos itens 4.3.1 e 4.3.2, além dos resultados nas disciplinas universitárias já cursadas.

4.6. Com exceção do Termo de Compromisso e do Termo de Responsabilidade Financeira, os demais originais da documentação requerida serão devolvidos ao candidato após apresentação ao funcionário da Missão Diplomática brasileira responsável pela inscrição.

4.7. Não será aceita documentação incompleta, rasurada, sem as devidas assinaturas, ou entregue fora do prazo estabelecido no item 4.2 deste Edital.

5 - DA SELEÇÃO

5.1. A seleção das candidaturas será realizada por Comissão de Seleção instituída por meio da Portaria SESu nº 510, de 21 de agosto de 2006, composta por docentes e técnicos das IES brasileiras participantes do PEC-G.

5.2. A seleção constará de análise do histórico escolar do candidato, considerando-se:

5.2.1. média global do ensino médio igual ou superior a 60% (sessenta por cento);

5.2.2. média global do ensino médio no idioma oficial de seu país (francês, inglês, espanhol ou português) igual ou superior a 60% (sessenta por cento); e

5.2.3. adequação do currículo do ensino médio ao(s) curso(s) de graduação pretendido(s).

6 - DOS RESULTADOS

6.1. O resultado preliminar e o resultado final do Processo Seletivo do PEC-G 2015 serão divulgados nas páginas eletrônicas da DCE/MRE (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>) e da SESu/MEC (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276).

6.2. Os selecionados no resultado preliminar deverão informar à Missão Diplomática brasileira em seus países acerca da aceitação ou desistência das vagas oferecidas, dentro de prazo a ser indicado pela referida Missão.

6.3. O resultado final do Processo Seletivo será divulgado após o preenchimento das vagas porventura decorrentes de desistências.

7 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O Processo Seletivo do PEC-G 2015 destina-se à ocupação de vagas para o primeiro semestre de curso de graduação, não sendo possível, portanto, o aproveitamento de estudos universitários eventualmente realizados em outro país.

7.2. O candidato selecionado oriundo de país não lusófono onde não ocorra aplicação do exame Celpe-Bras deverá frequentar, durante o ano letivo de 2015, curso de língua portuguesa para estrangeiros em IES brasileira para a qual for designado, onde prestará o exame Celpe-Bras, em outubro de 2014.

7.2.1. A não certificação no Celpe-Bras encerrará o vínculo do aluno com o PEC-G, sem possibilidade de recurso ou de repetir o exame no ano seguinte, e implicará no retorno imediato do estudante ao país de origem.

7.3 A inscrição do candidato implica a aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

7.4. O não atendimento da candidatura a todos os critérios estabelecidos neste Edital resultará na desclassificação do candidato.

7.5. Será eliminado, a qualquer época, mesmo após matriculado, o candidato que houver utilizado, comprovadamente, documentos e/ou informações falsas ou outros meios ilícitos para participar do Processo Seletivo do PEC-G 2015.

7.6. Maiores informações sobre o PEC-G, incluindo calendário de atividades do Processo Seletivo do PEC-G 2015, poderão ser obtidas nas páginas eletrônicas da DCE/MRE e da SESu/MEC.

7.7. Os casos omissos ou excepcionais serão analisados pelo Comitê Gestor do PEC-G.

8 - PAÍSES PARTICIPANTES DO PEC-G

África, Ásia e Oceania: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Cameroun, China, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Líbano, Índia, Marrocos, Mali, Namíbia, Moçambique, Paquistão, Nigéria, Rep. Dem. Congo, Quênia, S. Tomé e Príncipe; Rep. do Congo, Síria, Senegal, Tanzânia, Tailândia, Togo, Timor Leste, Tunísia.

América Latina e Caribe: Antígua e Barbuda; Argentina, Barbados, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

PAULO SPELLER